

Prefeitura Municipal de Contagem do Estado de Minas Gerais

CONTAGEM-MG

- Pedagogo
- Professor de Educação Básica – PEB 1
- Professor de Educação Básica - PEB 2
(Português, Matemática, Geografia, História,
Ciências, Educação Física, Arte e Inglês)

Edital Nº 03/2018

AB008-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Contagem do Estado de Minas Gerais

Cargo: Pedagogo; Professor de Educação Básica – PEB 1 e Professor de Educação Básica - PEB 2
(Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física, Arte e Inglês)

(Baseado no Edital N° 03/2018)

- Língua Portuguesa
- Conhecimentos Políticos, Pedagógicos e Legislação

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação / Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Camila Lopes

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Julia Antoneli

Karoline Dourado

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Compreensão e interpretação de textos: informações literais e inferências possíveis.	83
Semântica: sinonímia, antonímia, paronímia e homonímia;	63
Significados contextuais das palavras.	76
Denotação e conotação.	63
Coesão e coerência textuais.	86
Gêneros e tipos textuais: aspectos formais, objetivos e usos.	85
Ortografia oficial.	44
Pontuação e efeitos de sentido.	50
Classes de palavras: definições, classificações, formas, flexões, funções e usos.	07
Correlação entre os modos e tempos verbais.	07
Estrutura da oração.....	63
O período simples e o período composto.	63
As relações semânticas e coordenação e subordinação.	63
As diferentes vozes presentes no texto: discurso direto, indireto e indireto livre.	88
Variação linguística e adequação ao contexto.....	101

Conhecimentos Políticos, Pedagógicos e Legislação

Currículo e construção do conhecimento. Os projetos de trabalho: teoria e prática, interdisciplinaridade, globalização do conhecimento.....	01
O trabalho pedagógico na escola: gestão do processo educativo, planejamento e organização escolar, métodos e técnicas, avaliação.	08
As avaliações sistêmicas: Prova Brasil, SAEB, Provinha Brasil, ENEM, SIMAVE, o IDEB.	15
Diversidade e Educação Inclusiva: fundamentos legais. Estratégias do trabalho coletivo para inclusão.	22
Legislação de Pessoas com Deficiência.....	36
A educação como direito: acesso, permanência e sucesso do aluno na escola.....	62
Educação Básica Nacional. Plano Nacional de Educação. Políticas Educacionais. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.....	66
Marcos Teóricos e regulatórios da educação básica: legislações e políticas.....	103
BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Novo Ensino Médio. Seminários e Conferências estaduais e municipais...106	
Diretrizes Educacionais de Contagem.....	107

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: MEC/SEB/CNE, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf Acesso em: 11 mar 2018.....	109
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.	110
BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	124
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/ CNE, 2004.	140
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura.	140
ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão: a escola comum inclusiva. Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Educação Escolar". Fascículo1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.	142
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: SEE/MEC, 2008.....	142
BRASIL, Lei Federal nº. 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente,	148
Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm	148

SUMÁRIO

BRASIL. CONSELHO NACIONAL de EDUCAÇÃO. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2010.....	156
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer n. 3/2008, aprovada em 18 de fevereiro de 2008.....	156
MINAS GERAIS. Resolução n. 3658, de 24 de novembro de 2017, institui as Diretrizes para a Organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3658-17-r.pdf	166
MINAS GERAIS. Resolução SEEMG nº 7150 de 16/06/1993 (Atribuições dos Especialistas de Educação Básica).	170
MINAS GERAIS. Resolução SEEMG nº 2958 de 29/04/2016 (Colegiado Escolar). CONTAGEM. Orientação Sobre o Atendimento da Pessoa com Deficiência em Contagem. Disponível em: http://www.decadi.org/inclusao/legislacao_inclusao.htm Acesso em: 11 mar 2018.	171
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.	175
CÁRIA, Neide Pena; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. avaliação em larga escala e a gestão da qualidade da educação. In: Revista de Ciências Humanas – Educação, FW, v. 16, n. 26, p. 22-40, Jul. 2015. Disponível em: http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/1477/1853 Acesso em: 11 mar 2018.	182
GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.	188
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.	190
VASCONCELOS. Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula: São Paulo: Libertad Editora, 2007.	194
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2002.	194
Portaria Seduc Nº 48, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Rede de Educação de Contagem. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/4250doc-e-20171221044325.pdf?x=20180315023301	198
Diretrizes Educacionais de Contagem 2017. Disponível no site: www.contagem.mg.gov.br no link Blog Estuda Contagem.	198

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Varição Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (di = dois + grafo = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

CONHECIMENTOS POLÍTICOS, PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

Currículo e construção do conhecimento. Os projetos de trabalho: teoria e prática, interdisciplinaridade, globalização do conhecimento.....	01
O trabalho pedagógico na escola: gestão do processo educativo, planejamento e organização escolar, métodos e técnicas, avaliação.....	08
As avaliações sistêmicas: Prova Brasil, SAEB, Provinha Brasil, ENEM, SIMAVE, o IDEB.....	15
Diversidade e Educação Inclusiva: fundamentos legais. Estratégias do trabalho coletivo para inclusão.....	22
Legislação de Pessoas com Deficiência.....	36
A educação como direito: acesso, permanência e sucesso do aluno na escola.....	62
Educação Básica Nacional. Plano Nacional de Educação. Políticas Educacionais. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.....	66
Marcos Teóricos e regulatórios da educação básica: legislações e políticas.....	103
BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Novo Ensino Médio. Seminários e Conferências estaduais e municipais. Diretrizes Educacionais de Contagem.....	106
	107

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: MEC/SEB/CNE, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf Acesso em: 11 mar 2018.	109
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.....	110
BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	124
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004.	140
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura.....	140
ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão: a escola comum inclusiva. Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Educação Escolar". Fascículo1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.	142
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: SEE/MEC, 2008.	142
BRASIL, Lei Federal nº. 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente,	148
Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm	148
BRASIL. CONSELHO NACIONAL de EDUCAÇÃO. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2010.....	156
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer n. 3/2008, aprovada em 18 de fevereiro de 2008.	156
MINAS GERAIS. Resolução n. 3658, de 24 de novembro de 2017, institui as Diretrizes para a Organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3658-17-r.pdf	166
MINAS GERAIS. Resolução SEEMG nº 7150 de 16/06/1993 (Atribuições dos Especialistas de Educação Básica).	170
MINAS GERAIS. Resolução SEEMG nº 2958 de 29/04/2016 (Colegiado Escolar). CONTAGEM. Orientação Sobre o Atendimento da Pessoa com Deficiência em Contagem. Disponível em: http://www.decadi.org/inclusao/legislacao_inclusao.htm Acesso em: 11 mar 2018.	171
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.	175
CÁRIA, Neide Pena; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. avaliação em larga escala e a gestão da qualidade da educação. In: Revista de Ciências Humanas – Educação, FW, v. 16, n. 26, p. 22-40, Jul. 2015. Disponível em: http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/1477/1853 Acesso em: 11 mar 2018.	182
GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.....	188
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.	190
VASCONCELOS. Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula: São Paulo: Libertad Editora, 2007.	194
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2002.	194

CONHECIMENTOS POLÍTICOS, PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

Portaria Seduc Nº 48, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Rede de Educação de Contagem. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/4250doc-e-20171221044325.pdf?x=20180315023301	198
Diretrizes Educacionais de Contagem 2017. Disponível no site: www.contagem.mg.gov.br no link Blog Estuda Contagem.....	198

CURRÍCULO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO. OS PROJETOS DE TRABALHO: TEORIA E PRÁTICA, INTERDISCIPLINARIDADE, GLOBALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.

Projetos de trabalho é a denominação de uma prática educacional, que está sendo associada a algumas propostas de reformas no Brasil. Tais reformas pretendem favorecer mudanças nas concepções e modos de atuar dos professores, na gestão das instituições de ensino e nas próprias funções da escola. Os projetos aparecem como um veículo para melhorar o ensino e como distintivo de uma escola que opta pela atualização de seus conteúdos e pela adequação às necessidades dos alunos e dos setores da sociedade aos quais cada instituição se veicula.

A Pedagogia de Projetos visa a re-significação do espaço escolar, transformando-o em um espaço vivo de interações, aberto ao real e às suas múltiplas dimensões, trazendo uma nova perspectiva para se entender o processo de ensino – aprendizagem. Nesse processo, todo conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, sendo impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, pois a formação dos alunos não pode ser pensada apenas como uma atividade intelectual. É um processo global e complexo onde o conhecer e o intervir no real não se encontram dissociados. “Aprende-se participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo sentimentos para atingir determinados objetivos. Ensinar-se não só pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada” (Escola Plural, 1994).

Nos dias atuais, a formulação de projetos torna-se indispensável, dada a complexidade dos problemas sócio – culturais, políticos e econômicos das sociedades. Nessa perspectiva, profissionais da educação se posicionam diante da necessidade de desenvolver seu trabalho em forma de projetos, que, podem ser situados como “uma proposta de intervenção pedagógica que dá a atividade de aprender em sentido novo, onde as necessidades de aprendizagem afloram na tentativa de se resolver situações problemáticas”. (Escola Plural, 1995).

A discussão da função social da escola, do significado das experiências escolares para os que nela participam, foi e continua a ser um dos assuntos mais polêmicos entre os educadores. As recentes mudanças na conjuntura mundial, com a globalização da economia e a informatização dos meios de comunicação, têm trazido uma série de reflexões sobre o papel da escola dentro do novo modelo de sociedade.

Diante desse contexto são muitos os desafios que se colocam para a escola. Precisa-se formar homens investigadores, autônomos e gerenciadores de informações, conscientes e participativos na sociedade e não acumuladores de conhecimentos.

Nesse sentido a escola não pode ser um mundo à parte. Enquanto espaço educativo, ela tem que estar vinculada ao mundo real, concreto.

A importância deste estudo se apresenta aqui no sentido de despertar no educador uma reflexão urgente e necessária a respeito de sua prática pedagógica. Ao mesmo tempo em que contribui para a concepção de uma construção de trabalho em que o professor, diante de novas realidades, encontre subsídios para uma postura criadora, profunda e produtiva, também possibilita redimensionar o seu papel no processo educativo.

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica onde foram consultados autores que discutem a proposta da Pedagogia de Projetos. O trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo trata da origem e o significado da pedagogia de projetos, onde abordei a sua história e dos seus maiores defensores.

O segundo capítulo trata do aspecto metodológico da pedagogia de projetos, falando da sua organização, da sua aplicabilidade e dos passos de seu desenvolvimento.

O terceiro capítulo aborda a pedagogia de projetos confrontando o currículo; falando na pedagogia de projetos e nos parâmetros curriculares nacionais, defendendo um currículo integrado, trata também da questão da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

O quarto capítulo fala das questões que envolvem a implementação da pedagogia de projetos, principalmente nos fatores que dificultam a sua aplicabilidade, a formação dos professores é uma das questões abordadas e a falta de um plano pedagógico, “projeto político pedagógico”, nas escolas seria de vital importância para que a pedagogia de projetos fosse uma alternativa viável para ajudar na educação brasileira.

CAPÍTULO I PEDAGOGIA DE PROJETOS: ORIGEM E SIGNIFICADO

A escola e as práticas educativas fazem parte de um sistema de concepções e valores culturais onde determinadas propostas têm êxito quando se conectam com algumas necessidades sociais e educativas.

Os projetos podem ser considerados como uma prática educativa que teve reconhecimento em diferentes períodos do século XX. O termo “projeto” surgiu pela primeira vez na literatura educacional em 1904 num artigo do educador C. Richards que orientava futuros professores de trabalhos manuais e considerava útil que eles desenvolvessem projetos suscitados, por problemas e tarefas práticas. No entanto, foi através do pensamento de Jhon Dewey (1859-1952) e outros representantes da chamada “Pedagogia Ativa”, que surgiram as primeiras referências ao trabalho com projetos como meio pedagógico.

Jhon Dewey, filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte – americano, exerceu forte influência sobre toda a pedagogia contemporânea. Ele foi o defensor da “Escola Ativa” que propunha a aprendizagem do aluno através da atividade pessoal.

CONHECIMENTOS POLÍTICOS, PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

A escola nova destaca o princípio da aprendizagem por descobertas e estabelece que atitude de aprendizagem parte do interesse dos alunos, que por sua vez, aprendem fundamentalmente pela experiência, pelo que descobrem por si mesmas. O professor é visto, então como facilitador no processo de busca no conhecimento que deve partir do aluno. Cabe a ele organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos para desenvolver suas capacidades e habilidades.

William H. Kilpatrick (1871-1965), professor de Educação da Universidade de Columbia em Nova York, foi os iniciados da reflexão sobre o trabalho de projeto enquanto método educativo e levou, em 1919, para a sala de aula, algumas concepções de Dewey. Este método de ensino tinha como objetivo trabalhar com os alunos as possibilidades de desenvolver o espírito de pesquisa, envolvendo a utilização de várias disciplinas ao mesmo tempo. Trata-se de um método ativo, que permitiria a contextualização e a significação do mesmo.

Para Jean Piaget (1969), psicólogo francês, a Escola Ativa tinha o mérito de envolver, no processo de ensino aprendizagem, o interesse do aluno, sua ação e reflexão, sem excluir o esforço do mesmo.

Os projetos aparecem então como designação de um conceito que procura unificar vários aspectos importantes relativos ao processo de aprendizagem: a ação, e de preferência a ação realizada com empenho pessoal, a intencionalidade desta ação, isto é, a existência de um objetivo, e sua inserção num contexto social.

Kilpatrick (1919) afirma que sua proposta de que os projetos ocupam um lugar central nas práticas escolares, tem a ver com a perspectiva de que basear a educação em projetos e identificara educação coma própria vida.

Muito embora esse método não tenha sido abarcado na sua totalidade, por uma série de motivos sociais, políticos e culturais, seus princípios de autonomia, pesquisa, ação e reflexão foram desenvolvidos na ação pedagógica, numa tentativa de resgatar o interesse do aprendiz e de melhorar sua vinculação afetiva com as situações de aprendizagem.

No Brasil, o "Método de Projetos" tornou-se conhecido a partir da divulgação da "Escola Nova", que, se colocava contra os princípios e métodos da escola tradicional. As ideias de educadores como Kilpatrick, Decroly, Freinet, entre outros foram disseminados no Brasil por Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Atualmente re-interpretado, esse movimento tem fornecido subsídios para uma pedagogia dinâmica, centrada na criatividade e na atividade discente, numa perspectiva de construção do conhecimento pelos alunos, mais do que na transmissão de conhecimento pelo professor.

Esta forma de atuação foi construída e sistematizada, tendo como preocupação central a complexidade do aprender, a importância de se integrar o ser humano no momento da aprendizagem e na importância do significado nesse processo. É uma forma de atuação que se iniciou coma intenção de unidade, do todo, que pressupõe uma forma de pensar interacionista e construtivista.

O "Método de Projetos", de Dewey e Kilpatrick passa então a ser visto não mais como um "método" e sim como uma postura pedagógica. Não se trata de uma técnica atraente para transmitir aos alunos o conteúdo das matérias. Significa de fato uma mudança de postura, uma forma de repensar a escola e o currículo, a prática pedagógica em si.

"Os projetos de trabalho supõem, um enfoque do ensino que trata de ressuscitar a concepção e as práticas educativas na Escola, para dar respostas (não "a resposta") às mudanças sociais que se produzem nos meninos, meninas e adolescentes e na função da educação e não simplesmente readaptar uma proposta do passado e atualiza-la" (Hernandez, 1998, p 64).

A função do projeto é a de tornar a aprendizagem real e atrativa para o educando, englobando a educação em um plano de trabalho agradável, sem impor os conteúdos programáticos de forma autoritária. Assim o aluno busca e consegue informações, lê, conversa, faz investigações, formula hipóteses, anota dados, calcula, reúne o necessário, e por fim, converte tudo isso em ponto de partida para a construção e ampliação de novas estruturas cognitivas.

Dentro dessa perspectiva, os conteúdos disciplinares, antes teóricos e abstratos, deixam de ser um fim em si mesmos e passam a se meios para ampliar a formação dos alunos e sua interação coma realidade, de forma crítica e dinâmica.

Há também o rompimento coma concepção de "neutralidade" dos conteúdos disciplinares que passam a ganhar significados diversos, a partir das experiências sociais dos alunos, envolvidos nos projetos.

Segundo Barbosa (1999) o projeto de trabalhos pode se caracterizar como um instrumento capaz de romper o ciclo inibitório da aprendizagem e de criar situações que possibilitem a formação de um ciclo de progresso, neste mesmo processo.

Para essa mesma autora "a integração dos termos Projeto de Trabalho completam uma expressão que significa para a psicopedagogia, a montagem de um planejamento, pelo aprendiz, como objetivo de realizar uma ação que o aproxime da aprendizagem, que permita com que viva um processo e possa avaliá-lo tanto em relação ao que foi planejado, quanto no que diz respeito a eficiência do mesmo no auxilia da superação de suas dificuldades (Barbosa, 1999, p 18).

As diversas concepções da Pedagogia de Projetos

Concepções de Conhecimento Escolar

A Pedagogia de Projetos traduz uma determinada concepção de conhecimento escolar, trazendo à tona uma reflexão sobre a aprendizagem dos alunos e os conteúdos das diferentes disciplinas.

Há uma tendência, de forma bastante generalizada no pensamento pedagógico, em colocar, como questões opostas, a participação dos alunos e a apropriação de conteúdos disciplinares.